



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 04

do processo nº 01 – PL 790 de 2017, 16/11/17 (a)

Kardec Antônio de Andrade

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 14 NOV 2017
<u>Const. Just. e Legis. Particip.</u>
<u>Administração Pública</u>
<u>Educação, Cultura e Esportes</u>
<u>Saúde, Prom. Soc., Hab., Meio e Meio</u>
<u>Finanças e Orçamento</u>

PRESIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

16/11/17

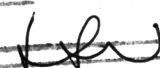
Tairo Batista Esperança
Tairo Batista Esperança
Supervisor Substituto
Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ASSESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS
EM 16/11/2017 AO 17 HS
POR <i>[Signature]</i>
SAÍDA 06/12/17 ÀS 14 H 50 ASS: <i>[Signature]</i>

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Recebi juntado(s) o(s) documento(s) de

Re. 05 / 07 . S.P. 06 / 12 / 17


Livia Salomão Nogueira
Técnico Administrativo
RF: 11.274



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Folha 05
Proc. Nº. 790/17
Livia Salomão Nogueira
RF 11.274

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 0790/17

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Código Penal, especialmente art. 208;
- Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos, e o combate à discriminação;
- Decreto Federal nº 8.136, de 05 de novembro de 2013, que aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituído pela Lei Federal nº 12.288/10;
- Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial a temática "História e Cultura Afro-brasileira";
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;
- Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura;
- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva;
- Decreto Federal nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo – especialmente artigos citados no projeto (art. 100 e seguintes, 193 e seguintes, 203 e seguintes);
- Lei Municipal nº 10.040, de 08 de janeiro de 1986, que determina a cassação dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais que pratiquem discriminações incompatíveis com o princípio da isonomia;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Folha 06
Proc. N° 790/17
Livia Salomão Nogueira
RF 11.274

- Lei Municipal nº 11.293, de 26 de novembro de 1992, que cria o 'Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro', e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.321, de 22 de dezembro de 1992, que cria a 'Coordenadoria Especial do Negro – CONE', e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a introdução, nos currículos das escolas municipais, de "estudos contra a discriminação racial", nos termos que especifica;
- Lei Municipal nº 12.353, de 13 de junho de 1997, que dispõe sobre a inclusão de artistas e modelos negros nos filmes e nas peças publicitárias encomendadas ou patrocinadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo;
- Lei Municipal nº 13.791, de 13 de fevereiro de 2004, que cria o 'Programa Municipal de Combate ao Racismo e o Programa de Ações Afirmativas para Afrodescendentes';
- Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013, que dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica e cria, inclusive, a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- Lei Municipal nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013, que estabelece cotas raciais para o ingresso de negros, negras e/ou afrodescendentes no serviço público municipal, em cargos efetivos e comissionados;
- Lei Municipal nº 16.129, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a inclusão do quesito cor/raça nos sistemas de informação, na avaliação e monitoramento, na coleta de dados, nos censos, nas ações e programas, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências. (cópia parcial: especialmente art. 7º, LIX, CCLXXX, CCC);
- Lei Municipal nº 14.181, de 30 de junho de 2006, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública municipal de ensino fundamental;
- Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o 'Programa de Valorização de Iniciativas Culturais' (VAI) no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o 'Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais', dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Folha 07
Proc. Nº 790/17
Livia Salomão Nogueira
26.12.274

- Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, que institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais;

- PL 218/14, que cria o 'Programa Selo Igualdade Racial', para promover ações afirmativas de promoção da igualdade racial no âmbito da iniciativa privada, e dá outras providências;

- PL 523/15, que dispõe sobre a inclusão da disciplina "História Geral da África e do Negro no Brasil e na Cidade de São Paulo" na grade curricular da Rede Pública de Ensino do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 631/15, que institui o Estatuto Municipal da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, e dá outras providências;

- PL 358/17, que dispõe sobre a área especial de segurança no entorno de templos de qualquer religião no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências;

- PL 325/17, que dispõe sobre instituir em caráter permanente no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Fórum Inter-Religioso para uma cultura de Paz e Liberdade de Crença, no Município de São Paulo.

A pesquisa legislativa constatou a existência de diversas legislações esparsas que de certa forma tratam do tema em questão, mas não nos exatos e idênticos termos do presente PL 790/17, que aborda o tema de uma forma diferenciada, não se aplicando, portanto, as disposições previstas no art. 212, IV, do Regimento Interno.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 04.

São Paulo, 04 de dezembro de 2017.


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414


Christiana Samara Chebib
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 244.472

RECEBIDO
Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa
Em 06-12-17 às 15h

RF
Roberto Cassio Gonçalves
Operador de Computador
RF 101.252

PARA RELATAR

VEREADOR
José Polce Neto
12/12/2017


RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 13/12/2017 AO 18:30 HS
POR Bia
SAÍDA 21/02/18 ÀS 18 H 20 ASS: Beatriz

REDISTRIBUIDO
Ao Nobre Vereador/A Nobre Vereadora
SANDRA TADEU.
Para Relatar,
Sala da Comissão de Constituição, Justiça e
Legislação Participativa.
Em 02 / 03 / 18

Presidente
O prazo para manifestação é de 8 dias,
previsto no § 3º do art. 63 do R.I.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 07/03/18 AO 16 HS
POR Beatriz
SAÍDA 09/04/18 ÀS 17 H 00 ASS: Beatriz